

Enigma do Real

Desde que foram lançadas as bases do Plano Real, em dezembro de 1993 – quando Fernando Henrique Cardoso, como ministro da Fazenda, apresentou ao Congresso o Plano de Ação Integrada – os formuladores do plano de estabilização pregavam a imperiosa necessidade de sólida base fiscal, sem a qual a estabilidade da moeda não poderia ser sustentada e não permitiria a volta do crescimento econômico duradouro.

Pede atenção, pela oportunidade da volta do debate, a entrevista do ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, sexta-feira ao **JORNAL DO BRASIL**, sobre os dilemas da condução do plano de estabilização.

Para Mendonça de Barros, o modelo de economia aberta, com câmbio fixo, juros elevados, tendo como base de aposta a obtenção de ajuste fiscal rápido – que foi o pressuposto do Plano Real – tornou-se irrealizável porque as reformas na área fiscal não andam na velocidade exigida. Usando linguagem de informática, o ex-ministro disse que “o programa econômico tem um *software* incompatível com o *hardware* político [a organização institucional e partidária] que temos”.

Como a conclusão da equipe econômica era de que o momento ideal de equilíbrio fiscal dificilmente seria alcançado num ambiente de hiperinflação, e de que era politicamente necessário lançar o plano antes da eleição de 1994, o real nasceu ancorado nos juros altos e no câmbio fixo. E com a vigorosa abertura comercial para derrubar manobras especulativas de preços no mercado interno.

As sucessivas crises cambiais, vindas de fora para dentro, firmaram em Mendonça de Barros uma convicção – sobretudo após a crise detonada pela moratória russa, em agosto, que colheu o Brasil outra vez sem muitos avanços no campo político institucional. A de que o país não agüentará a atual política econômica sem destravar o câmbio.

Apesar de ter o presidente Fernando Henrique Cardoso dito na primeira reunião ministerial do novo governo que falta pouco para o Brasil concluir as reformas da Constituição, a incerteza em relação à capacidade do país avançar as reformas político-institucionais e o ajuste fiscal cresceu muito com a posse dos novos governadores.

A disposição dos governadores Itamar Franco e Olívio Dutra de desafiar os acordos de renegociação das dívidas estaduais reforça a preocupação dos agentes financeiros no país e no exterior. Se o ajuste fiscal fica mais ameaçado, diminuem, da mesma forma, a credibilidade e a confiança dos banqueiros e investidores internacionais, dispostos a financiar e a investir no Brasil. E não será com aumento de juros, para tentar atrair o capital estrangeiro, que se resolverá o problema.

A política econômica entrou num dilema, pela dificuldade de o país decifrar o enigma político. Se o caminho das reformas rápidas não pode ser trilhado com segurança, o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros lança a dúvida pertinente: para onde o país deve ir?